

(Im)polidez e gestão de faces: uma análise bakhtiniana de situações conflituosas no gênero discursivo *podcast*

(Im)politeness and face management: a bakhtinian analysis of conflictual situations in the podcast discursive genre

Amanda Bonfim Silva¹

Márcia Helena de Melo Pereira²

Resumo: A popularização dos podcasts no ambiente digital contemporâneo ampliou os espaços de debate público e, com eles, as ocorrências de interações conflituosas marcadas por disputas ideológicas e embates discursivos. Nesse contexto, a (im)polidez linguística emerge como um fenômeno relevante para a compreensão dos modos pelos quais os sujeitos constroem e negociam suas imagens sociais na interação verbal. Assim, neste artigo, objetivamos analisar de que maneira recursos linguístico-discursivos contribuem para a construção de sentidos, a negociação de faces e a atualização de posicionamentos ideológicos em um exemplar de podcast, investigando como a (im)polidez se efetua no nível do discurso e opera como dimensão constitutiva do enunciado, e não como mero acessório pragmático. Este trabalho articula os estudos dialógicos de Bakhtin (2011) e Volóchinov (2025 [1929]) às perspectivas interacionais e discursivas da (im)polidez, conforme propostas por Kerbrat-Orecchioni (2004; 2006; 2010), Culpeper (2011) e Culpeper e Hardaker (2017). Adotamos uma abordagem qualitativa, com análise de trechos transcritos do corpus, sendo as transcrições realizadas conforme as normas de Marcuschi (2003). Evidenciamos, após as análises, que os sujeitos mobilizam recursos variados de ameaça e proteção de faces — como insultos, ironias e vocativos depreciativos —, confirmando que a (im)polidez é um fenômeno dialógico, discursivo e ideológico.

Palavras-chave: (Im)polidez. Debate político. Dialogismo. *Podcast*.

Abstract: The popularization of podcasts in the contemporary digital environment has expanded the spaces for public debate and, along with them, the occurrences of conflictual interactions marked by ideological disputes and discursive confrontations. In this context, linguistic (im)politeness emerges as a relevant phenomenon for understanding the ways in which subjects construct and negotiate their social identities in verbal interaction. Thus, in this article, we aim to analyze how linguistic-discursive resources contribute to the construction of meaning, the negotiation of face, and the updating of ideological positions in a podcast episode, investigating how (im)politeness operates at the level of discourse and functions as a constitutive dimension of the utterance, rather than as a mere pragmatic accessory. This study articulates the dialogic framework of Bakhtin (2011) and Volóchinov (2025 [1929]) with the interactional and discursive perspectives on (im)politeness proposed by Kerbrat-Orecchioni (2004; 2006; 2010), Culpeper (2011), and Culpeper and Hardaker (2017). We adopt a qualitative approach, analyzing transcribed excerpts from the corpus, with transcriptions carried out in accordance with Marcuschi's (2003) conventions. The analyses reveal that subjects mobilize a range of face-threatening and face-protecting resources — such as insults, irony, and derogatory vocatives — confirming that (im)politeness is a dialogic, discursive, and ideological phenomenon.

Keywords: (Im)politeness. Political debate. Dialogism. *Podcast*

¹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Linguística, Vitória da Conquista, BA, Brasil. Endereço eletrônico: silvabonfimamanda02@gmail.com.

² Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, Programa de Pós-graduação em Linguística, Vitória da Conquista, BA, Brasil. Endereço eletrônico: marciahelenad@yahoo.com.br.

Considerações iniciais

Bakhtin (2011) afirma que a linguagem está presente em todos os campos da atividade humana e, a partir dela, realizam-se as diferentes formas de interação social. Seja em práticas cotidianas, como conversas informais e ligações telefônicas, ou em contextos mais institucionalizados, como o ambiente escolar e o debate político, a linguagem atravessa a comunicação humana e evidencia a necessidade de compreendermos como se organizam os usos que fazemos da língua e a dinâmica da interação verbal.

Nesse sentido, os ambientes digitais ampliaram as possibilidades de interação e favoreceram tanto o surgimento de novos gêneros quanto a reconfiguração de práticas discursivas já existentes, que passaram a circular em um espaço fluido e multifacetado, sob condições técnicas e sociocomunicativas próprias da internet (Marcuschi; Xavier, 2010). Diante desse cenário, destacamos o *podcast* — um gênero discursivo associado à distribuição de conteúdos sonoros pela internet emergente na década de 2000 e posteriormente consolidado como meio de produção e circulação de conteúdos digitais (Berry, 2006; Bonini, 2015). Embora historicamente vinculado ao áudio sob demanda, o *podcast* passou a incorporar, em plataformas de vídeo, configurações audiovisuais e diferentes formatos interacionais, como mesa-redonda, debate, entrevista e *storytelling*. Cada uma dessas configurações possibilita aos sujeitos mobilizar a língua(gem) de modo particular, em função dos objetivos e das condições da troca verbal.

Com temáticas diversas, os *podcasts* se destacam por alcançar uma significativa quantidade de ouvintes e, não raro, são espaços de interações conflituosas que envolvem um embate de discursos e posições ideológicas distintas. Nos estudos de (im)polidez, as interações mediadas digitalmente têm recebido atenção porque as condições de circulação, permanência e participação próprias desses ambientes reorganizam os modos de conflito e de avaliação social (Hardaker, 2010; Culpeper; Hardaker, 2017). Essas interações são potencialmente analíticas e nos permitem ter acesso ao funcionamento da (im)polidez em situações reais de comunicação. É nesse horizonte que se insere o nosso interesse pelo gênero discursivo *podcast*.

Assim, considerando a centralidade das condições de produção e circulação dos discursos no ambiente digital, este trabalho busca investigar de que maneira a (im)polidez se manifesta na materialidade de um exemplar do gênero *podcast*, observando como

diferentes recursos linguístico-discursivos contribuem para a construção de sentidos, a negociação de faces e a atualização de posicionamentos ideológicos nas interações mediadas por esse formato. Partimos da hipótese de que a (im)polidez se situa no nível discursivo e, sendo o discurso uma arena de embates de vozes sociais (Bakhtin, 2011), participa da compreensão do fluxo comunicativo e dos processos de negociação de sentidos e posicionamentos entre os interlocutores.

Reiteramos o entendimento de que compreender a língua(gem) implica considerá-la em seus contextos sociais, culturais, históricos e temporais, pois cada grupo social, sujeito às influências de seu tempo, de sua cultura e de seu contexto histórico, organiza e engendra a língua(gem) de modo particular, estabelecendo convenções e padronizando comportamentos que variam de grupo para grupo.

Assim, este artigo organiza-se em sete seções. Após esta introdução, discutimos os conceitos de dialogia, enunciado, discurso e ideologia, desenvolvidos pelo Círculo de Bakhtin, representados por Bakhtin (2011) e Volóchinov (2025 [1929]). Em seguida, exploramos a (im)polidez linguística a partir de uma perspectiva interacional e discursiva, com base em Kerbrat-Orecchioni (2004; 2006; 2010), Culpeper (2011) e Culpeper e Hardaker (2017). A partir disso, detalhamos os procedimentos metodológicos adotados na análise, explicitando os critérios de seleção do *corpus* escolhido para este trabalho. Na sequência, publicizamos a análise do exemplar do gênero *podcast* selecionado. Por último, apresentamos nossas considerações (quase) finais e as referências.

Pelas lentes da dialogia: a perspectiva bakhtiniana de língua(gem)

O Círculo de Bakhtin compreende o sujeito de linguagem como alguém que se constitui na e pela interação com o outro, em um processo contínuo de relações dialógicas. É nesse movimento que o sujeito é convocado a ocupar um lugar social e a assumir a responsabilidade por suas respostas, participando ativamente da grande cadeia de enunciados que compõe a comunicação humana. Logo, o ato de responder não é apenas uma ação pontual, mas um gesto essencialmente dialógico e constitutivo da língua(gem), pois a cada instante o sujeito responde a outro, e sua palavra é sempre carregada de discursos alheios.

Nesse cenário, partimos dos estudos desenvolvidos por Bakhtin (2011) e Volóchinov (2025 [1929]) acerca do caráter dialógico da língua(gem), da constituição dos sujeitos em interação e da real unidade de comunicação: o enunciado. Assim, Volóchinov (2025 [1929]) afirma que a estrutura do enunciado é essencialmente social. Isso implica reconhecer que ele se assenta na interação discursiva entre sujeitos organizados social, temporal e historicamente, por meio de um intercâmbio incessante da palavra. Desse modo, nossas palavras não estão destituídas de seu entorno, mas refletem e refratam, como signos ideológicos que são, as condições sociais e históricas que lhes são particulares. Para Bakhtin (2011, p. 297, grifos do autor):

Cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva. Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma *resposta* aos enunciados precedentes de um determinado campo (aqui concebemos a palavra "resposta" no sentido mais amplo): ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta.

Ademais, toda palavra comporta duas faces: ela advém do *eu* e se endereça a um *outro*. No dizer de Bakhtin (2011, p. 271): “Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva [...]; toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante”. Por sua vez, o falante não espera uma compreensão passiva; ao contrário, ele está determinado a uma compreensão ativamente responsiva (Bakhtin, 2011), quer seja uma concordância ou uma objeção. O falante aguarda uma resposta, ainda que ela não se dê imediatamente após a fala que lhe precede. E mais, o autor acrescenta que “os diferentes gêneros discursivos pressupõem diferentes diretrizes de objetivos, projetos de discurso dos falantes ou escreventes” (Bakhtin, 2011, p. 272).

Para Bakhtin (2011), o aspecto dialógico da língua(gem) ultrapassa os limites da situação imediata de interlocução e atravessa a própria formação do pensamento humano e de sua consciência. Por essa razão, o sujeito é sempre constituído por contraste, a partir das trocas que mantém com o outro. São as relações de alteridade, no pensamento bakhtiniano, que possibilitam a construção da identidade do sujeito como algo que se dá

justamente no espaço de confronto e diálogo com o outro e com diferentes vozes internas, jamais como algo fixo ou isolado.

Assim, é na relação dialógica — em que há troca, discordância, reconhecimento e negociação de sentidos — que o sujeito se define e se diferencia. Logo, o sujeito é formado no cruzamento de múltiplos discursos, constituindo-se em resposta a perspectivas externas e aos próprios posicionamentos, que se modificam no fluxo da interação social. O contraste com o outro não apenas demarca limites, mas produz zonas de sentido, permitindo ao sujeito construir sua singularidade ao mesmo tempo em que incorpora elementos do discurso alheio.

A própria interação discursiva é condição elementar para o diálogo e para a produção de sentidos. Nela, os enunciados são plenos de tonalidades dialógicas (Bakhtin, 2011), pois sempre procedem de alguém e são endereçados ao outro. Como vimos, o falante aguarda uma resposta e é isso que faz o diálogo e o sentido ganharem vida, uma vez que estes são produzidos na intersubjetividade, nas situações concretas e reais de uso da língua(gem). No dizer do autor, “nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados (inclusive as obras criadas) é pleno de palavras dos outros, de um grau vário de alteridade [...]” (Bakhtin, 2011, p. 294).

O discurso, pois, é concebido aqui como palco de confronto de palavras e, conseqüentemente, de reconfiguração de sentidos já estabelecidos. Nesse processo, os falantes recorrem a significações já cristalizadas na língua, bem como imprimem sua valoração nas palavras (não somente a sua, mas também a do outro com quem interage). Em vista disso, “[...] todo discurso se orienta numa dada direção avaliativa, e a língua só nos chega na forma de discurso, de linguagem: os outros não nos transmitem palavras, mas opiniões, valores etc.” (Sobral; Giacomelli, 2015, p. 207).

Dessa maneira, a discussão empreendida até então nos permite pensar a (im)polidez como uma realização da dialogicidade, haja vista que o falante ajusta seu dizer a partir da consideração e das expectativas do outro, porque todo enunciado já nasce voltado a uma resposta possível. Essa aproximação apoia-se em um ponto de convergência, segundo o qual tanto o dialogismo quanto as abordagens discursivas da (im)polidez compreendem os sentidos como situados, relacionais e dependentes da avaliação dos participantes. Portanto, sendo o dialogismo o princípio organizador do discurso e das relações

intersubjetivas, a (im)polidez não é um mero acessório pragmático, mas sim uma dimensão constitutiva do enunciado, como veremos a seguir.

Essa convergência, contudo, não implica equivalência epistemológica. O pensamento do Círculo de Bakhtin oferece uma concepção ampla de linguagem, sujeito, ideologia e enunciado, enquanto os estudos da (im)polidez formulam categorias voltadas à descrição das avaliações interacionais e da gestão de faces. Neste artigo, esses referenciais são mobilizados de modo complementar, uma vez que as categorias de (im)polidez auxiliam a descrever movimentos de ameaça, proteção e valorização de faces, ao passo que a perspectiva dialógica permite interpretá-los como respostas axiologicamente orientadas e atravessadas por vozes sociais.

A (im)polidez: uma dimensão dialógica-discursiva

Sistematizada inicialmente pelos pesquisadores Brown e Levinson (1987), no campo da Pragmática, a polidez preocupa-se em compreender como os falantes de uma língua empregam estratégias de polidez com vistas à preservação das faces presentes na interação. Assim, a face — conceito cunhado por Goffman (2011) e revisitado pelos autores — é o “valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma pela linha³ que os outros pressupõem que ela seguiu durante um contato particular” (Goffman, 2011, p. 13), isto é, a face é a imagem do eu em consonância com o que é socialmente aprovado; por isso, depende do que os falantes (ou o público) concebem uns dos outros.

Sob o entendimento teórico dos autores, todo ato de fala é compreendido como potencialmente ameaçador a uma ou mais dimensões da face envolvidas na interação: 1) face positiva do falante; 2) face negativa do falante; 3) face positiva do ouvinte; e 4) face negativa do ouvinte (Brown; Levinson, 1987). Para estimar o peso de um FTA, Brown e Levinson (1987) consideram três variáveis: a distância social entre os participantes (D), o poder relativo entre eles (P) e o grau de imposição do ato (R). Essa abordagem fundamenta-se no pressuposto de que a comunicação interpessoal é permeada por riscos à imagem social dos participantes, denominados *face-threatening acts* (FTAs), os quais são

³ Para Goffman (2011, p. 13), a linha é “um padrão de atos verbais e não verbais com o qual ela expressa sua opinião sobre a situação, e através disto sua avaliação sobre os participantes, especialmente ela própria”.

classificados de acordo com o tipo de face ameaçada, a direção da ameaça (se dirigida ao falante ou ao ouvinte), a gravidade do ato e as estratégias de mitigação empregadas.

Essa visão, apesar de pioneira, foi alvo de críticas, como discutimos nesta seção, por enfatizar predominantemente o aspecto negativo da interação, bem como por conferir um caráter universal à efetivação da polidez, sem considerar o contexto social particular de cada evento comunicativo. Segundo essas críticas, a formulação de Brown e Levinson (1987) tende a permanecer em um plano abstrato e pode dificultar, diante de dados empíricos, a distinção entre atos polidos e impolidos, já que o contexto (micro e macro) não foi um elemento avaliado pelos autores.

Os linguistas também não desenvolveram de maneira central as situações em que os falantes agem deliberadamente para agredir a face uns dos outros, como evidencia Culpeper (2011). Todas essas e outras lacunas foram campo fértil para uma *virada discursiva*, a partir da qual outros autores, como Kerbrat-Orecchioni (2004; 2006; 2010), Culpeper (2011) e Culpeper e Hardaker (2017) — aos quais recorreremos neste artigo — adensaram a compreensão do fenômeno de (im)polidez.

Sob esse viés, Kerbrat-Orecchioni (2006) parte de uma visão sociointeracional da linguagem, na qual o fator cultural se deixa entrever de diferentes e diversas formas. Isso porque, ao considerarmos elementos como as convenções sociais, o tempo histórico, o espaço geográfico e mesmo a idade e a posição social de cada falante da língua, notaremos que a (im)polidez não está alijada de seu entorno, mas está sujeita às influências da situação comunicativa — seja em uma interação face a face ou não, em contextos públicos ou privados e em usos mais formais ou informais da língua (Kerbrat-Orecchioni, 2006).

A autora amplia o escopo da análise ao destacar os chamados anti-FTAs, ou *face-flattering acts* (FFAs), isto é, atos que valorizam e reforçam a face do interlocutor, evidenciando a existência de estratégias linguísticas voltadas não apenas à mitigação de ameaças, mas também à promoção da imagem social do outro. A partir disso, Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 82) define e distingue a polidez negativa da polidez positiva: i) “a polidez negativa é de natureza abstencionista ou compensatória: ela consiste em evitar produzir um FTA, ou em abrandar, por meio de algum procedimento, sua realização — quer esse FTA se refira à face negativa (ex.: ordem) ou à face positiva (ex.: crítica) do

destinatário”; e ii) “a polidez positiva é, ao contrário, de natureza produtiva: ela consiste em efetuar algum FFA para a face negativa (ex.: presente) ou positiva (ex.: elogio) do destinatário”.

Entretanto, a linguista não deixa de reconhecer as situações altamente confrontacionais, nas quais os interactantes⁴ intentam constranger, agredir, diminuir e desacreditar o outro. Esse entendimento é inicialmente elaborado por Culpeper (1996; 2011), cuja contribuição destaca a recorrência de situações em que os participantes da interação produzem atos que podem ser avaliados pelos participantes como orientados à impolidez. Por reconhecer tal frequência, empregamos esforços para aprofundar a compreensão desse fenômeno e suas manifestações no contexto discursivo na sequência desta seção.

No contexto da virada discursiva dos estudos de (im)polidez, Culpeper, já em 1996 e, mais profundamente em 2011, propõe um deslocamento analítico fundamental: em vez de buscar estratégias abstratas e universais, o autor direciona a atenção para os modos pelos quais a impolidez se realiza concretamente nos enunciados, sempre em articulação com o contexto interacional. Essa perspectiva converge com o entendimento, já discutido, de que a (im)polidez não se encontra nas formas em si, mas emerge da relação entre linguagem, expectativas sociais e avaliações dos interlocutores.

Em complemento à perspectiva de Culpeper (2011), Kerbrat-Orecchioni (2010, p. 39, tradução nossa e grifos da autora) afirma que “para identificar uma afirmação como polida ou impolida, é preciso levar em conta seu conteúdo (como FTA, FFA ou uma mistura dos dois), sua formulação e seu contexto de atualização [...]”⁵. Desse modo, a polidez ou a impolidez não está sedimentada em formas fixas da língua, mas se manifesta de maneira dinâmica, sendo profundamente dependente do contexto em que ocorre.

Essa abordagem reforça a ideia de que a avaliação de comportamentos linguísticos como polidos ou impolidos não se dá apenas por padrões convencionais ou formas previamente estabelecidas, mas emerge da relação entre o conteúdo do enunciado, sua formulação específica e o contexto de interação.

⁴ O termo *interactantes* é empregado pela autora francesa para se referir aos participantes da interação. Por vezes, o mencionaremos neste artigo.

⁵ “Pour identifier un énoncé comme poli ou impoli, il faut tenir compte à la fois de son contenu (en tant que FTA, FFA ou mélange des deux), de sa formulation, et de son contexte d'actualisation [...]”.

Neste artigo, distinguimos co-texto e contexto. O co-texto corresponde ao material verbal que antecede e sucede o segmento analisado, enquanto o contexto abrange as condições situacionais, socioculturais, históricas e interacionais que orientam sua interpretação (Kerbrat-Orecchioni, 2006). Essa distinção é especialmente relevante para formas indiretas, cuja avaliação não decorre apenas da estrutura linguística isolada.

Feitas essas considerações, Culpeper (2011) define, assim, a impolidez:

A impolidez é uma atitude negativa em relação a comportamentos específicos que ocorrem em contextos específicos. Ela é sustentada por expectativas, desejos e/ou crenças sobre a organização social, incluindo, em particular, a forma como as identidades de uma pessoa ou de um grupo são mediadas por outros na interação. Os comportamentos situacionais são vistos de forma negativa — considerados “impolidos” — quando entram em conflito com o que se espera que sejam, com o que se deseja que sejam e/ou com o que se pensa que deveriam ser. Tais comportamentos sempre têm ou se presume que tenham consequências emocionais para pelo menos um participante, ou seja, causam ou se presume que causem ofensa (Culpeper, 2011, p. 254, tradução nossa).⁶

A partir da concepção do autor sobre a impolidez, os atos são tidos como impolidos quando conflitam com as expectativas dos participantes da interação quanto ao que se espera que o ato seja, ao que se deseja que seja e ao que se considera que deva ser dentro de um determinado contexto cultural. Essa abordagem revela a natureza fundamentalmente subjetiva e variável da impolidez, uma vez que ela está diretamente relacionada à compreensão dos comportamentos no contexto em que ocorrem (Culpeper, 2011).

Na sequência, Culpeper (2011) sistematiza as fórmulas convencionalizadas de impolidez, entendidas como padrões linguísticos recorrentes que, em determinados contextos, são associados à produção de ofensa. Embora o autor destaque que a impolidez não está rigidamente vinculada às formas da língua, ele reconhece que existem convenções sociais que permitem identificar e classificar manifestações impolidas em certos discursos, conforme expectativas e avaliações dos interlocutores.

⁶ “Impoliteness is a negative attitude towards specific behaviors occurring in specific contexts. It is sustained by expectations, desires and/or beliefs about social organization, including, in particular, how one person's or a group's identities are mediated by others in interaction. Situated behaviors are viewed negatively – considered ‘impolite’ – when they conflict with how one expects them to be, how one wants them to be and/or how one thinks they ought to be. Such behaviors always have or are presumed to have emotional consequences for at least one participant, that is, they cause or are presumed to cause offence.”

Essas fórmulas funcionam como pistas linguísticas socialmente reconhecíveis, mas não determinam, por si sós, a impolidez, uma vez que sua interpretação depende da avaliação dos participantes. Como afirma o autor, “a impolidez existe na mente” (Culpeper, 2011, p. 65), o que reforça seu caráter interpretativo e relacional.

Entre as manifestações mais prototípicas, o autor aponta os insultos diretos, que consistem em avaliações negativas explícitas dirigidas ao interlocutor. Enunciados como “você fez um trabalho medíocre”, “você é incompetente” ou “isso é ridículo” realizam ataques diretos à face positiva, ao atribuírem traços depreciativos ao outro. Para além do ataque interpessoal, tais formulações mobilizam categorizações socialmente disponíveis, revelando os valores ideológicos que orientam o julgamento: por exemplo, o que conta como “competência” ou “ridículo” em determinado grupo social.

Além desses, os xingamentos e vocativos depreciativos condensam a ofensa em unidades lexicais específicas (como “idiota”, “imbecil”, “corrupto”). Essas formas, já cristalizadas, ratificam o caráter ideológico do signo linguístico, uma vez que carregam avaliações historicamente construídas e socialmente partilhadas que permitem identificar quando se está diante de um insulto e/ou quando se trata de um ataque pessoal. Como observam Culpeper e Hardaker (2017), as escolhas lexicais ativam esquemas de desqualificação que ultrapassam o indivíduo e remetem a valores coletivos.

De igual modo, os sujeitos podem recorrer a críticas agressivas e a acusações, marcadas pela ausência de mitigação e pela intensificação avaliativa. Nesse sentido, expressões como “você nunca faz nada direito” ou “isso é totalmente inútil” não apenas ameaçam a face do interlocutor, mas também constroem uma representação negativa do alvo de comentários como esses, frequentemente baseada em generalizações. Diante disso, os sujeitos estão suscetíveis a perder uma imagem identitária construída até então na interação e a ter de assumir outra.

A impolidez também se realiza por meio de ameaças e intimidações, como em “se você fizer isso, vai se arrepender”. Nesses casos, além da projeção de consequências negativas, instaura-se uma relação de poder que busca coagir o interlocutor, ressaltando que a linguagem não apenas reflete, mas também produz e reforça relações ideológicas, na medida em que legitima posições de autoridade e subordinação no interior da interação

(Culpeper, 2011). Essa demarcação de lugares e posições produz indícios de quais comportamentos linguístico-discursivos são aceitáveis e quais são rejeitados.

Entre as realizações indiretas, destacamos a ironia e o sarcasmo. Na perspectiva de Brait (2008), a ironia não se reduz à oposição entre sentido literal e sentido pretendido; trata-se de uma construção enunciativa bivocal, cuja interpretação emerge do confronto entre vozes e posições avaliativas. Neste artigo, empregamos *sarcasmo* para designar ocorrências em que esse funcionamento irônico assume efeito depreciativo mais saliente e se orienta para a desqualificação do interlocutor (Brait, 2008; Culpeper, 2011). O uso de expressões aparentemente polidas em contextos de crítica, como “parabéns, viu?” após um erro, evidencia que a interpretação depende da articulação entre o co-texto, as condições interacionais e as avaliações sociais mobilizadas. Sob a ótica de Bakhtin (2011) e Volóchinov (2025 [1929]), essas ocorrências materializam a bivocalidade do enunciado, ou seja, a forma aparentemente elogiosa incorpora e refrata uma voz avaliativa contrária, produzindo sentido na tensão entre posições sociais.

Outro mecanismo relevante envolve a gestão dos turnos de fala. Com base em Marcuschi (2003) e Kerbrat-Orecchioni (2006), entendemos as interrupções e sobreposições como ocorrências em que um participante inicia seu turno antes da conclusão do turno em curso. Assim sendo, sua avaliação como cooperativa ou impolida depende da duração, da recorrência, da função e do contexto interacional. Por essa razão, tais ocorrências não são tomadas, por si mesmas, como atos de impolidez. Elas podem, contudo, produzir efeitos de desconsideração quando restringem reiteradamente o direito à fala ou deslegitimam a contribuição do interlocutor. Nesses casos, a organização dos turnos também indicia valores ideológicos relacionados à legitimidade dos participantes e às hierarquias que estruturam a interação.

Nesse quadro, propomos aproximar a concepção de impolidez à noção de ideologia discutida por Volóchinov (2025 [1929]), para quem todo signo linguístico é atravessado por valores sociais e por disputas de sentido. As manifestações de impolidez não apenas afetam a face dos interlocutores, mas também indiciam posições ideológicas, na medida em que atualizam julgamentos, hierarquias e formas de valoração social sedimentadas nos usos da língua. Isso porque, para o Círculo de Bakhtin, não há enunciado que seja neutro e isento de avaliações. Assim, ao enunciar, o sujeito posiciona-se valorativamente, antecipa

possíveis reações e ajusta seu projeto de dizer, de tal modo que a (im)polidez pode ser compreendida como uma modalidade específica da ação valorativa do sujeito na interação (Volóchinov, 2025 [1929]; Sobral; Giacomelli, 2015).

Para tanto, o sujeito considera o outro para medir suas ações. Não há um *eu* sem alteridade: é com o outro, e a partir dele, que o *eu* pode interagir na/pela língua(gem). Essas relações de alteridade estendem-se também às faces presentes na interação, uma vez que elas são sempre relacionais e intersubjetivas. Por isso, concebemos, neste trabalho, que as faces não são construções acabadas e fechadas em si mesmas; longe disso, as imagens que os falantes têm de si e dos outros (e vice-versa) refazem-se continuamente.

De modo geral, observamos que a impolidez linguística se manifesta por meio de recursos como escolhas lexicais depreciativas, construções categóricas, intensificação avaliativa e usos pragmáticos desviantes. No entanto, conforme já apontado por Kerbrat-Orecchioni (2010), não é possível dissociar tais formas de seu contexto de atualização e, portanto, uma mesma expressão pode assumir valores distintos a depender das condições sociocomunicativas. Isso reforça a ideia de que a impolidez, assim como a interação, é sempre situada, relacional e historicamente construída.

A efetivação de estratégias polidas ou impolidas é determinada pelas condições sociais, culturais e situacionais de cada interação, nas quais elementos como a posição dos interlocutores, o espaço e o momento histórico, as convenções do grupo, os projetos de dizer e as avaliações dos participantes influenciam diretamente a interpretação dos atos de fala. Antes de prosseguirmos, realçamos que não ignoramos as contribuições dos autores que primeiro sistematizaram a polidez de forma robusta; ao invés disso, reconhecemos que Brown e Levinson (1987) lançaram as bases para que os autores seguintes — a exemplo de Kerbrat-Orecchioni (2004; 2006; 2010) e Culpeper (2011) — adensassem o conceito em estudo, bem como nos valem de aspectos descritos por Brown e Levinson (1987) em nossa análise.

A partir dos apontamentos teóricos feitos, passamos à descrição da metodologia adotada e, em seguida, à apresentação e análise do *corpus*.

Percurso metodológico

Este artigo adota uma abordagem qualitativa e interpretativa, focada na análise discursiva de base enunciativo-dialógica. Brait (2006) explicita que, embora não seja possível afirmar que Bakhtin tenha estabelecido uma teoria e/ou metodologia de análise de discurso, o esforço do investigador é resgatar os conceitos construídos nos textos bakhtinianos, para, a partir deles, depreender os sentidos que são produzidos, por meio do trabalho com a opacidade dos discursos e dos textos. Assim, a arquitetura bakhtiniana trilha caminhos que permitem horizontes possíveis para se estudar e analisar a linguagem e os discursos (Rohling, 2014).

Nesse sentido, nossa opção por um percurso teórico-metodológico de caráter dialógico e axiológico assenta-se na compreensão de que toda investigação científica pressupõe, inevitavelmente, uma relação com o outro (Amorim, 2004). Essa premissa encontra respaldo no próprio pensamento bakhtiniano, segundo o qual “a orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo o discurso” (Bakhtin, 2002, p. 88). A partir dessa perspectiva, Amorim (2004, p. 16) explicita que, reconhecida ou não, a presença do outro é constitutiva de qualquer pesquisa e, dessa maneira, a autora compreende que o dialogismo “é uma proposta de análise, uma via de investigação, uma maneira de interrogar e não um método de pesquisa ou modelo de escrita”. De modo semelhante, Rohling (2014, p. 46) sustenta que a opção epistemológica por uma postura bakhtiniana diante do pesquisado “não se reduz à aplicação de uma metodologia e validação de teorias, mas ao construto de conhecimentos relevantes e responsáveis no âmbito dos estudos da linguagem”.

Dessa forma, o *corpus* desta pesquisa é composto por trechos selecionados do episódio de podcast intitulado “DEBATE: KIM KATAGUIRI X JONES MANOEL - Inteligência Ltda. Podcast #1327”, ⁷publicizado pelo canal *Inteligência Ltda*, abrigado na plataforma de vídeos *YouTube*. O episódio foi transmitido ao vivo no dia 1º de outubro de 2024, mediado pelo apresentador Vilela e contou com a participação do deputado federal Kim KataguiRI e do historiador Jones Manoel. Neste exemplar, os convidados discutem o melhor projeto de governo para a cidade de São Paulo e para o Brasil. A seleção dos trechos foi orientada

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/live/q4T7plSBdJE>. Acesso em: 30 abr. 2026.

pelo seu potencial analítico, isto é, pela capacidade de evidenciar as manifestações de (im)polidez e os recursos discursivo-argumentativos observáveis nas falas e relacionados à defesa de seus pontos de vista e na preservação de suas faces. O recorte contempla seis ocorrências distribuídas ao longo do episódio e considera quatro parâmetros: i) presença de avaliações lexicais explícitas ou implícitas sobre o interlocutor; ii) movimentos de ameaça, proteção ou valorização de face; iii) episódios de correção, interrupção ou sobreposição de turnos; e iv) mobilização de categorias político-ideológicas com potencial para produzir efeitos de desqualificação. Buscamos, ainda, reunir ocorrências distintas — autoapresentação, insulto, provocação, solicitação de respeito e ironia —, de modo a observar diferentes formas de atualização da (im)polidez.

As transcrições das falas foram elaboradas conforme as normas propostas por Marcuschi (2003) as quais adotam um sistema de base ortográfica. Como bem destaca o autor, “não existe a *melhor* transcrição. Todas são mais ou menos boas. O essencial é que o analista saiba quais os seus objetivos e não deixe de assinalar o que lhe convém. De um modo geral, a transcrição deve ser limpa e legível, sem sobrecarga de símbolos complicados” (Marcuschi, 2003, p. 9).

Portanto, para o tratamento analítico, ancoramo-nos em uma abordagem interpretativa que toma os enunciados em suas condições de produção (Bakhtin, 2002) e compreendemos que a análise dialógica envolve a observação dos sentidos produzidos na relação eu-outro, a identificação das vozes e posições axiológicas que se manifestam nos enunciados e a consideração das condições sócio-históricas de produção.

Consideradas essas observações, a análise dá-se da seguinte maneira: os trechos selecionados são apresentados em formato de quadro, identificados por sequência numérica e pelo tempo exato de sua ocorrência no episódio. Uma vez que se trata de pessoas públicas e que o conteúdo está disponível para o público na mídia social *YouTube*, a identificação dos participantes é mantida, utilizando-se, porém, suas iniciais. O tratamento dos dados envolve três movimentos articulados: a identificação dos recursos linguístico-discursivos presentes em cada excerto, a relação desses recursos com as categorias de face e (im)polidez e a interpretação das posições axiológicas e vozes sociais atualizadas no enunciado. Em seguida, mobilizamos conceitos importantes discutidos ao longo deste artigo — a exemplo dos conceitos de responsabilidade, responsividade,

dialogia, interação e (im)polidez — a fim de olharmos para este *corpus* a partir de uma concepção interacional de língua(gem). Assim, passemos à análise dos trechos selecionados.

Análise

Nesta seção, publicizamos a análise interpretativa dos trechos selecionados do episódio de *podcast* sob o título “DEBATE: KIM KATAGUIRI X JONES MANOEL - Inteligência Ltda. Podcast #1327”, publicado na plataforma midiática *YouTube*, pelo canal *Inteligência Ltda.* Desse modo, privilegiamos a investigação das manifestações de (im)polidez, observando como esses recursos discursivo-argumentativos se materializam nos enunciados, influenciam as posições axiológicas dos interlocutores e contribuem para a preservação ou ameaça das faces durante o debate. Portanto, a abordagem utilizada neste trabalho fundamenta-se na análise qualitativa das interações discursivas que se dão no exemplar de *podcast*, conforme descrevemos na seção metodológica.

No quadro 1, a seguir, apresentamos o *corpus* escolhido para este artigo, o qual segue as convenções de transcrição de textos orais propostas por Marcuschi (2003). Antes disso, ressaltamos que, para efeito de assegurar a fluidez do texto, ao mencionarmos os excertos no corpo da análise, adequamos as falas dos falantes à norma-padrão escrita da língua portuguesa. Passamos, então, aos trechos:

Quadro 1. Trechos selecionados para a análise

Trechos do episódio “DEBATE: KIM KATAGUIRI X JONES MANOEL - Inteligência Ltda. Podcast #1327”	
Trecho 1:	00:04:30 ...sou Kim Katagui, deputado federal em segundo mandato: (+) e objetivo aqui nesse debate basicamente é mostrar que passei os últimos (+) 2 anos estudando, me aprofundando, viajando, me reunindo, com especialistas' com formuladores de políticas públicas (+) ao redor do mundo <i>pra</i> trazer o melhor projeto <i>pra</i> cidade de São Paulo que foi (+) o debate <i>eh pro</i> qual o Jones me desafiou quando eu era pré-candidato a prefeito e, justamente, por isso <i>eh</i> me aprofundei <i>né</i> para apresentar o melhor plano de governo /.../ quero' demonstrar aqui que o Jones não tem a capacidade de debater políticas públicas CONCRETAS para solucionar <i>ahn</i> (+) problemas da vida do dia a dia do cidadão da cidade de São Paulo: e também problemas estruturais do Brasi:l /.../ enfim' espero fazer aqui um debate' de alto nível, espero que não tenha cadeirada' espero que não tenha soco' mesmo porque se vie::r' eu vou ser desmonTADO' olha o taMANho do Jones Manoel' olha o meu taMANho V: [por favor não' por favor não']

	KK: ... eu estou só a CApa da gaita aqui' então (+) pretendo fazer um debate' de ideias' um debate' de políticas públicas' mostrar (+) né todas ah ah contradições, e todas' as (+) hipocrisias que a gente já tá acostumado a ver (+) da da esquerda especialmente' da extrema esquerda que tá aqui (+) representada (+) ah pelo Jones Manoel...
Trecho 2:	00:07:45 JM: ...pra quem não me conhece' meu nome é Jones Manoel (+) eu sou natural de Recife (+) sou historiador e professor de história de formação' atualmente faço u::m doutorado em serviço social na UFAL, Universidade Federal de Alagoas, sou também comunicador' educador popular' escritor' tenho vários livros (+) lançados E militante comunista (+) há:: mais ou menos (+) 13 anos né (+) eu venho de uma família:: (+) pobre' trabalhadora' minha mãe trabalhou a vida toda como empregada doméstica' cozinheira' meu pai era pedreiro (+) comecei a trabalhar com 13 anos de idade (+) fu/ sou o primeiro da minha família (+) a entrar numa universidade, a fazer curso superior, minha militância política começou a partir da minha própria realidade né!" Eu não sou um playboy de classe média que decidiu entrar na política para ganhar dinheiro' para aparecer' sou alguém que conheceu desde perto' violência policial, enchentes em momentos de chuva, a fome, o custo de vida muito alto' da conta de luz' da conta de água' do gás de cozinha' o problema do desemprego, a precariedade do serviços públicos de saúde' de educação' /.../
Trecho 3:	01:56:48 KK: ... as esquerdas brasileiras / e aqui as esquerdas brasileiras' Jones' não tô nem falando de você – tô falando de quem efetivamente tem mandato, tem poder, toma alguma decisão eh (+)...
Trecho 4:	02:02:04 JM: ... pera aí pô (+) respeita a pergunta do rapaz' respeita a história brasileira' sim a maioria da his/ a gente só teve governo de esquerda no Brasil, basicamente uma vez (+) foi o governo João Goulart (+) foi o único governo da:: e::squerda mesmo, enquanto preSidente, que a gente teve na história brasileira (+) o resto, os governos Lula e Dilma, governo a social-liberais, centro-direita...
Trecho 5:	02:12:56 JM: ... Deputado, eu vou responder na réplica esse, essa sua provocaçãozinha, mas vamos debater o que interessa né" (+) no Brasil (+) é muito comum os liberais falarem que o problema do preço das coisas é imposto, e é de fato, o Brasil tem uma estrutura tributária injusta, em que a classe trabalhadora e a classe média é basicamente quem paga os impostos no consumo e a burguesia' os ricos' os bilionários' não pagam nada', só' que esse negócio de dizer que reduz imposto resolve o problema é uma falácia...
Trecho 6:	02:25:04 KK: ...alguém que mora na periferia, em Parelheiros, por exemplo, enquanto uma pessoa que mora em Pinheiros, por exemplo, que o Boulos diz que é do Campo Belo' mas a gente sabe que ELE SIM É um playboy de Pinheiros' JM: [Campo Limpo] KK: ... eh né' no Campo Limpo, mas diz que (+) muito obrigado pela correção Campo Belo eee... JM: [Ele não sabe de São Paulo] KK: ...é tá bom raa (2.5) meu Deus do céu" confundi o Campo Limpo com o Campo Belo, agora eu não sei mais nada de São Paulo, realmente /cê me desmascarou Jones' me desculpe" eu realmente devo me submeter a sua supremacia eh...

Fonte: Elaborado pela autora.

No início do episódio, os falantes se apresentam ao público, o que, além de ser uma característica dos debates, pode ser compreendido como uma primeira reivindicação de face na interação. Assim, é interessante notar, nos trechos 1 e 2, que ambos situam os espectadores quanto às suas posturas políticas, ideológicas e identitárias. Esse ato, além de representar a responsabilidade que os sujeitos assumem diante do que dirão nos momentos seguintes, comprova a posição do Círculo de Bakhtin de que cada enunciado parte de um lugar histórico e social. Já nesse primeiro momento, cada participante projeta uma imagem de si que procura sustentar ao longo da interação e, por vezes, recorrerá a ela como recurso de legitimação diante do público.

As escolhas lexicais empreendidas pelos interlocutores, a exemplo de “extrema esquerda”, “militante comunista”, “deputado federal” e “historiador”, indiciam posições sociais e axiológicas que serão atualizadas no debate. No caso de KK, a designação “extrema esquerda” pode cumprir uma função discursiva dupla: ela identifica o campo político ao qual o interlocutor se vincula e, simultaneamente, ativa uma avaliação negativa quando associada, no mesmo co-texto, a “contradições” e “hipocrisias”. Não se trata, portanto, de uma nomeação neutra, mas de uma categoria que refrata antagonismos do debate político e delimita a posição discursiva atribuída ao oponente. Em sentido complementar, as autodesignações “deputado federal”, “historiador” e “professor” reivindicam diferentes formas de legitimidade — institucional, acadêmica e experiencial — que passam a disputar reconhecimento diante do público. Com isso, as escolhas lexicais operam como índices de valoração e de posicionamento, revelando como as imagens dos participantes são construídas na relação entre identidades sociais e memórias discursivas.

Ainda a respeito dos dois primeiros trechos, observamos que KK se introduz explicitando seu objetivo de estar presente no debate e mencionando o cargo político que ocupa, os estudos realizados e o contato com especialistas. Esses elementos podem projetar uma imagem de autoridade institucional e preparação técnica, cujo efeito se reforça quando o interlocutor é apresentado como alguém sem capacidade para debater políticas públicas concretas. Ressaltar seu cargo político também é uma demarcação das relações de poder existentes na mesa do debate, conferindo-lhe uma posição superior por se tratar de um cargo público de suposto prestígio social. Essa superioridade, contudo, é compreendida aqui como efeito discursivamente produzido, e não como intenção

psicológica comprovada do falante. Já o interlocutor JM, por sua vez, destaca sua história de vida, vinculando a própria posição política à experiência de classe.

Ao enfatizar sua origem popular, seu percurso acadêmico e sua militância, JM projeta uma imagem de autenticidade e competência vinculada à experiência social narrada. Suas escolhas, por um lado, atuam como movimento de legitimação, porque antecipa possíveis questionamentos à sua autoridade discursiva, e, por outro, como proteção de sua face positiva, na medida em que favorece o reconhecimento público da identidade que reivindica. A interpretação não pressupõe acesso às intenções do participante, mas se apoia na sequência de atributos selecionados por ele e no contraste que estabelece com a figura do “playboy de classe média”.

Assim, no trecho 2, JM inicia sua fala com uma autoapresentação detalhada, enfatizando sua origem social, sua trajetória de vida e seu engajamento político. Assim ele se descreve:

[...] sou historiador e professor de história... faço doutorado em serviço social na UFAL... sou também comunicador, educador popular, escritor, militante comunista há mais ou menos 13 anos... venho de uma família pobre, trabalhadora [...] (JM, 2024, informação verbal).

E ainda afirma: “[...] Eu não sou um playboy de classe média que decidiu entrar na política para ganhar dinheiro, para aparecer [...]” (JM, 2024, informação verbal). A formulação antecipa uma possível deslegitimação e, ao mesmo tempo, contrapõe duas imagens sociais: a do sujeito cuja atuação política decorreria da experiência de precariedade e a daquele que ingressaria na política por interesse econômico ou visibilidade. Nesse movimento, JM reivindica para si legitimidade e autenticidade política, ao passo que projeta sobre o oponente uma categoria social depreciativa. A sequência pode, portanto, ser interpretada como proteção da face positiva do próprio falante e como ameaça indireta à face positiva de KK, sobretudo porque o contraste é produzido diante de uma audiência ampla.

Além disso, já nesse momento, notamos as primeiras ocorrências de impolidez, quando KK justifica sua presença no debate e o objetivo que perseguirá na interação, qual seja: “[...] *mostrar todas as contradições, e todas as hipocrisias que a gente já está acostumado a ver da esquerda, especialmente da extrema esquerda, que está aqui*

representada pelo Joanes Manoel [...].” (KK, 2024, informação verbal). A associação entre essas avaliações negativas e o campo ideológico atribuído a JM produz um efeito potencialmente ofensivo, pois não se limita a contestar uma proposição específica. KK projeta sobre o interlocutor os traços de falsidade e incoerência associados ao grupo que ele representaria. Para Culpeper (2011), a ocorrência pode ser reconhecida como fórmula convencionalizada de impolidez, desde que sua avaliação considere o co-texto, a relação entre os participantes e o caráter competitivo do gênero debate.

Na fala de JM, observa-se movimento semelhante quando ele afirma não ser um “playboy de classe média que decidiu entrar na política para ganhar dinheiro” (JM, 2024, informação verbal). Embora KK não seja nomeado diretamente nessa passagem, o contraste construído no início de um debate entre ambos permite interpretar a categoria “playboy” como uma alusão potencial ao oponente. A formulação projeta sobre esse alvo a imagem de alguém socialmente privilegiado e movido por interesse econômico ou exposição pública. Desse modo, o enunciado não apenas contesta posições políticas, mas disputa os critérios de legitimidade para participar do debate, articulando classe social, experiência vivida e autenticidade como valores ideológicos.

Em seguida, no trecho 3, KK distingue JM daqueles que “efetivamente têm mandato, têm poder, tomam alguma decisão”. Embora a formulação retire do interlocutor a responsabilidade direta pelo alvo imediato da crítica, ela também estabelece o poder institucional como critério de eficácia política. Essa irregularidade entre os falantes é um fator mobilizado para a efetivação de uma sequência de atos impolidos (Culpeper, 2011). Com base em Brown e Levinson (1987), o poder relativo (P) integra o cálculo do peso dos atos de ameaça à face. Sem perder de vista a configuração do debate, as posições hierárquicas conferem aos sujeitos as opções de impor um pedido, ordem ou, neste caso, um discurso. Entretanto, tais posições — como pretendido pelo deputado — não são validadas no contexto da interação, uma vez que são concedidas posições de relativa igualdade pelo apresentador já no início do episódio. Apesar disso, o deputado tenta demarcar relações de poder entre eles em sua apresentação, recorrendo, por exemplo, ao cargo político que ocupa como um fator que lhe confere uma posição superior.

Para melhor compreender como essas relações de poder e tentativas de hierarquização se manifestam no contexto internacional do episódio, é importante

considerar a configuração e as características do debate no gênero *podcast*. Para Bakhtin (2011), os gêneros organizam relativamente os enunciados por meio de formas composicionais, temas e estilos reconhecíveis, sem eliminar a singularidade de cada interação concreta. No episódio, o apresentador explicita regras interacionais de tempo, pergunta, réplica e tréplica, que estabelecem expectativas quanto à alternância dos turnos e ao direito de resposta. O embate de vozes característico do debate, contudo, atualiza essas regras em uma situação marcada por discordância e disputa de legitimidade. Essa relação entre regularidade composicional e acontecimento concreto ajuda a compreender por que interrupções, correções e ironias são avaliadas não como formas isoladas, mas como respostas às normas do gênero e às avaliações dos participantes. Culpeper (2011) demonstra que a impolidez não é necessariamente marginal nas interações; sua atribuição, porém, depende dos sentidos produzidos e das avaliações situadas.

Essas características ficam bem claras no trecho 4, quando JM convoca KK a assumir a responsabilidade pelo que diz, reagindo à forma como foi interrompido. A reação verbal de JM sugere que a interrupção foi avaliada negativamente; por isso, ele solicita respeito, dizendo “*pera aí, pô, respeita a pergunta do rapaz, respeita a história brasileira*” (JM, 2024, informação verbal). O contexto imediato da interação do trecho 4 é precedido por um questionamento que advém do público quanto à eficácia do capitalismo mesmo após 100 anos de governos de direita no Brasil. Diante da pergunta, o falante KK acentua que primeiro é preciso reconhecer que os governos que se inserem nesse período não são todos de direita; ao contrário, o deputado elenca variados episódios — como o da ditadura de Getúlio Vargas — que estão, na verdade, situados em uma posição mais à esquerda no espectro político.

O posicionamento de KK parece suscitar uma discordância acentuada em JM, perceptível no riso do historiador, que, no co-texto, pode ser interpretado como sinal de desacordo.⁸ A resposta seguinte, materializada no trecho 4, pode ser interpretada como uma tentativa de restaurar a própria face positiva, ameaçada diante do que JM parece avaliar como deslegitimação do contexto sócio-histórico e político mobilizado em sua fala. Essa solicitação de respeito, ao mesmo tempo, constitui um ato de ameaça à face negativa

⁸ O contexto enunciativo descrito pode ser conferido no episódio de *podcast* em análise, o qual está disponível no endereço: <https://www.youtube.com/live/q4T7plSBdJE>. Acesso em: 30 abr. 2026.

de KK, pois busca impor ao deputado uma obrigação de comportamento e restringe sua liberdade de ação no diálogo.

Além do poder relativo (P), Brown e Levinson (1987) descrevem a distância social (D), entendida como o grau de familiaridade e solidariedade reconhecido entre os participantes. No modelo dos autores, a distância social (D) se articula ao poder relativo (P) e ao grau de imposição do ato (R) para estimar o peso de uma ameaça à face. Porém, nenhuma dessas variáveis determina, isoladamente, que um enunciado seja polido ou impolido. Nesta análise, formas de tratamento, títulos e padrões de endereçamento são tomados como indícios de como a distância é construída discursivamente no curso da interação.

No trecho 5, JM dirige-se a KK pelo título “deputado”: “Deputado, eu vou responder na réplica essa sua provocaçãozinha, mas vamos debater o que interessa, né” (JM, 2024, informação verbal).). Com essa escolha, JM estabelece um baixo grau de intimidade entre eles, o que reforça o quanto suas posições ideológicas e políticas são antagônicas, além de demarcar que ambos enunciam de lugares distintos e que não dialogam harmonicamente. Em associação com “provocaçãozinha”, a designação produz um contraste entre o comportamento atribuído ao interlocutor e as expectativas de seriedade vinculadas ao mandato parlamentar. Mais do que indicar simplesmente baixa intimidade, o vocativo atualiza uma valoração social do cargo e pode funcionar como cobrança indireta de conduta diante do público.

Ademais, o diminutivo em “provocaçãozinha” reforça esse movimento avaliativo. No co-texto, a forma não expressa redução de tamanho, mas tende a diminuir a relevância da intervenção anterior de KK e a enquadrá-la como desvio em relação ao “que interessa”. A escolha lexical pode, portanto, ameaçar a face positiva do deputado ao desqualificar sua contribuição e ao atribuir-lhe falta de seriedade. Ao mesmo tempo, JM procura reposicionar o debate em torno da questão tributária, reivindicando para sua própria fala o estatuto de discussão substantiva.

O trecho 6, que encerra nossos movimentos analíticos, culmina em um fenômeno peculiar da oralidade: o turno de fala. Marcuschi (2003) define o turno como aquilo que o participante faz ou diz enquanto tem a palavra e observa que a conversação se orienta pelo princípio de um falante por vez, embora sobreposições breves sejam recorrentes. No

exemplar analisado, as regras do debate — com tempos definidos para perguntas, réplicas e tréplicas — estruturam a alternância entre os turnos. A ocorrência de sobreposição, contudo, precisa ser avaliada em relação à função que assume no episódio, especialmente quando introduz correção, contestação ou desqualificação do interlocutor.

O trecho pode ser reconhecido como um momento de maior atrito entre os participantes, marcado por correção direta, sobreposição de turnos e ironia. KK troca os nomes de dois bairros paulistanos, Campo Belo e Campo Limpo, e JM o corrige durante o turno. Em seguida, a afirmação “Ele não sabe de São Paulo” desloca a correção de um dado pontual para uma avaliação mais ampla sobre a competência do deputado, o que amplia seu potencial de ameaça à face positiva. A sequência é reproduzida a seguir:

[...]

JM: [Campo Limpo]

KK: ...muito obrigado pela correção, Campo Belo eee...

JM: [Ele não sabe de São Paulo]

KK: agora eu não sei mais nada de São Paulo, realmente /cê me desmascarou Jones’ me desculpe” eu realmente devo me submeter a sua supremacia eh... (JM; KK, 2024, informação verbal).

A reação de KK sugere que a correção e a avaliação subsequente foram recebidas como ameaça à sua face positiva. Em vez de contestar diretamente o erro, o deputado emprega uma fórmula convencionalmente polida — “muito obrigado” — e a combina com autodepreciações hiperbólicas, como “agora eu não sei mais nada de São Paulo” e “devo me submeter à sua supremacia”. Convém retomar Brait (2008), para quem essa construção bivocal faz coexistir a voz aparente da concordância e uma voz avaliativa que ridiculariza a relevância atribuída à correção. O movimento pode funcionar como tentativa de restaurar a própria imagem e, simultaneamente, produzir um efeito de menosprezo em relação à intervenção de JM, apresentada como excessiva diante de um equívoco pontual.

Outro aspecto relevante se desvela no trecho 6. Segundo Culpeper e Hardaker (2017), mesmo estruturas linguísticas tradicionalmente consideradas polidas, como um “obrigado”, podem adquirir sentidos de impolidez em determinados contextos comunicativos. Ou seja, a expressão de gratidão pode, dependendo do co-texto e do contexto, funcionar como uma estratégia de ironia ou ataque à face do interlocutor, evidenciando que a análise de tais fenômenos deve considerar sempre os elementos

discursivos que os envolvem. Assim, o agradecimento irônico de KK é, especificamente, um recurso para intensificar a tensão e subverter expectativas de polidez na interação. Logo, a avaliação como impolida não se baseia na fórmula em si, mas no contraste entre sua convencionalidade polida e o posicionamento depreciativo que emerge da sequência.

Não de forma ingênua, o falante KK reitera que, enquanto sujeitos na/da língua, nós a conferimos sentidos que extrapolam o convencionalizado, como acontece no emprego contraditório do agradecimento, e esses sentidos são apreendidos única e exclusivamente em uma determinada situação comunicativa, sempre situada. Retomando Bakhtin (2011), a língua é um jogo que se joga em sociedade. Nesse jogo, como vimos, os interactantes podem ferir a honra um do outro, pondo em xeque as autoimagens que cada um constrói na interação. Diante de ameaças à sua imagem pública, cada sujeito pode i) buscar mitigar tais ameaças; ii) recorrer a estratégias de valorização das faces; iii) ou ainda, podem agir de modo deliberadamente impolido.

Considerações (quase) finais

A perspectiva teórica da língua(gem) como essencialmente dialógica e o caráter central do enunciado como unidade viva da língua, propostos por Bakhtin e seu Círculo, possibilitam-nos tecer aproximações com outros campos teóricos, com fins de melhor compreender a completude e a complexidade da língua(gem). Com isso em vista, neste artigo, debruçamo-nos sobre diferentes maneiras pelas quais a (im)polidez se manifesta na materialidade do enunciado. Assim, selecionamos um exemplar do gênero *podcast*, do qual extraímos e transcrevemos trechos, a fim de observar como os recursos linguístico-discursivos empregados pelos interlocutores contribuem para a construção de sentidos, a negociação de faces e a atualização de posicionamentos ideológicos nas interações mediadas por esse formato.

Para isso, consideramos os pressupostos teóricos de Bakhtin (2011) e Volóchinov (2025 [1929]) quanto às noções de gênero discursivo, dialogia, alteridade, enunciado e signo ideológico. Resgatamos, ainda que brevemente, as contribuições de Brown e Levinson (1987) e de Goffman (2011) para o estudo do fenômeno da polidez e para a conceituação de face, respectivamente. Esses autores nos permitiram adensar nossas

discussões em diálogo com Kerbrat-Orecchioni (2004; 2006; 2010), Culpeper (2011) e Culpeper e Hardaker (2017), os quais abordam a (im)polidez linguística a partir de uma perspectiva teórico-discursiva e sociointeracional.

Na análise empreendida, adotamos um movimento interpretativo voltado à materialidade do enunciado, sem, no entanto, dissociá-lo dos posicionamentos ideológicos, das expressões valorativas, do reconhecimento e da consideração do outro. A partir disso, foi-nos possível (a)notar os sentidos que se (re)constroem no curso da interação, contribuindo para a criação, manutenção e perda das faces dos interlocutores, isto é, das imagens identitárias que eles reivindicam para si.

Ressaltamos, com esta breve análise, que não pretendemos exaurir a complexidade do fenômeno em foco — a (im)polidez. Entraram em disputa não apenas as posições ideológicas defendidas por Kim Katagiri (KK) e por Jones Manoel (JM), mas aspectos do gênero discursivo *podcast* e seu funcionamento, assim como os mecanismos de que dispunham os interactantes para agenciarem as faces ali presentes. As interpretações formuladas apoiam-se em indícios co-textuais e contextuais, sem pretensão de reconstruir estados mentais ou intenções não explicitadas pelos participantes. Com isso, almejamos evidenciar a importância de estudos sobre o fenômeno da (im)polidez, em especial no ambiente digital, o qual inaugura e renova as práticas discursivas e suas configurações a cada instante, constituindo-se em um campo fértil de investigação.

Referências

- AMORIM, M. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas**. São Paulo: Musa Editora, 2004.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Introdução e tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. 5. ed. São Paulo: Hucitec; Annablume, 2002.
- BERRY, R. Will the iPod kill the radio star? Profiling podcasting as radio. **Convergence**, v. 12, n. 2, p. 143-162, 2006.

BONINI, T. The “second age” of podcasting: reframing podcasting as a new digital mass medium. **Quaderns del CAC**, Barcelona, v. 18, n. 41, p. 21-30, 2015.

BRAIT, B. (org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BRAIT, B. **Ironia em perspectiva polifônica**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

BROWN, P.; LEVINSON, S. C. **Politeness: some universals in language usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CULPEPER, J. Towards an anatomy of impoliteness. **Journal of Pragmatics**, v. 25, n. 3, p. 349-367, 1996.

CULPEPER, J. **Impoliteness: using language to cause offence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

CULPEPER, J.; HARDAKER, C. Impoliteness. In: CULPEPER, J.; HAUGH, M.; KÁDÁR, D. Z. (ed.). **The Palgrave handbook of linguistic (im)politeness**. London: Palgrave Macmillan, 2017. p. 199-225.

GOFFMAN, E. **Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face**. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HARDAKER, C. Trolling in asynchronous computer-mediated communication: from user discussions to academic definitions. **Journal of Politeness Research**, v. 6, n. 2, p. 215-242, 2010.

INTELIGÊNCIA LTDA. **Debate: Kim Kataguirí x Jones Manoel - Inteligência Ltda.** Podcast #1327. YouTube, 1 out. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/q4T7pISBdJE>. Acesso em: 3 ago. 2026.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. ¿Es universal la cortesía? In: BRAVO, D.; BRIZ, A. (org.). **Pragmática sociocultural: estudios sobre el discurso de cortesía en español**. Barcelona: Ariel, 2004. p. 39-54.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Análise da conversação: princípios e métodos**. Tradução de Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. L'impolitesse en interaction: aperçus théoriques et étude de cas. **Lexis: Journal in English Lexicology**, special issue 2, p. 35-60, 2010.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**. 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (org.). **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido**. São Paulo: Cortez, 2010.

ROHLING, N. A pesquisa qualitativa e análise dialógica do discurso: caminhos possíveis. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 44-60, 2014.

SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. A concepção dialógica e os dois planos da linguagem e da constituição do sujeito: algumas considerações. **Nonada: Letras em Revista**, Porto Alegre, v. 1, n. 24, p. 204-223, 2015.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem [1929]. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. 4. ed. São Paulo: Editora 34, 2025.

Sobre as autoras

Amanda Bonfim Silva

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-0654-9195>

Mestranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior —Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001. Membro do Grupo de Pesquisa Círculo do Texto em Diálogo (UESB) e do Grupo de Pesquisa em Estudos da Linguagem (GPEL/UESB).

Márcia Helena de Melo Pereira

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3663-3462>

Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e do Programa de Pós-Graduação em Linguística (UESB/PPGLin). Líder do Grupo de Pesquisa Círculo do Texto em Diálogo e membro do GT de Linguística de Texto e Análise da Conversação da ANPOLL.